



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

DENUNCIAMOS

SEGUNDO INFORMAÇÕES DURANTE AS MANIFESTAÇÕES SEGURAS QUE POSSUIMOS COLHIDAS ENTRE ELEMENTOS DA LEGIÃO, DA GNR, PSP, OS TIROS FEITOS DAS JANELAS E CAFÉS DIRECTO DO GOVERNO.

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES PELA LIBERDADE E A DEMOCRACIA

MAIS DE MEIO MILHÃO DE PESSOAS EM LISBOA E PORTO RECLAMARAM:

LIBERDADE! ELEIÇÕES LIVRES! AMNISTIA! ABAIXO O FASCISMO!

O POVO RESISTE HERÓICAMENTE ÀS VIOLÊNCIAS DAS FORÇAS REPRESSIVAS VÁRIOS MORTOS E DEZENAS DE FERIDOS

CENTENAS DE PRISÕES

A nação está vivendo horas sem par da sua luta contra a tirania de Salazar. Galvanizado, pleno de heroísmo e decisão, o nosso povo empunhando com vigor a bandeira das liberdades democráticas, apossou-se das ruas e patenteou com toda a clareza a sua vontade unânime de quebrar as algemas salazaristas.

Bastaram 8 escassos dias desta «liberdade por medida e a prazo» da presente campanha eleitoral para mostrar ao País e ao Mundo que com eleições decentes, já não dizemos livres, Salazar e a sua camarilha seriam varridos do poder por esmagadora maioria.

A vontade popular manifestou-se sem equívocos.

Primeiro de maneira pacífica e ordeira; depois, quando o salazarismo entrou na provocação e na violência, o povo enfrentou corajosamente a agressão da polícia, ripostou com vigor à agressão e deu provas duma combatividade digna das suas melhores tradições de luta.

Seja nas manifestações pacíficas, seja respondendo às violências e provocações do salazarismo, a vontade popular foi sempre poderosa e firme.

200 mil pessoas manifestaram-se nas ruas do Porto

Quando da chegada do general Humberto Delgado, o povo do Porto veio para a rua reclamar uma mudança de regime, as liberdades democráticas, a amnistia, a abolição da censura numa grandiosa manifestação pacífica e de unidade.

Mais de 200 mil pessoas, na sua grande maioria trabalhadores, transformaram as ruas do Porto num mar de gente demonstrando a vontade inabalável e inquebrantável do povo de lutar pelo termo da ditadura fascista de Salazar, pela Democracia e a Liberdade.

A esta grandiosa manifestação pacífica, respondeu o governo, atirando com as forças repressivas contra o povo, espancando, ferindo e até matando pessoas indefesas.

Mes, o valente povo do Porto não se deixou intimidar, antes, avançou em novas e mais poderosas manifestações que tornaram impotente a acção das forças repressivas e cul-

minaram com a tomada do edifício do Coliseu onde se ia realizar a sessão de propaganda eleitoral. Enquanto esta decorria, cá fora as manifestações continuavam, prolongando-se até de madrugada.

Prosseguem as manifestações

No dia 15 e seguintes o povo continuou a manifestar-se nas ruas do Porto particularmente junto aos monumentos da guerra de 1914-18; em frente da sucursal do «Diário da Manhã» que foi assaltada pelos manifestantes numa demonstração clara de ódio à censura e acção caluniadora deste pasquim; nos arredores industriais do Porto e próximo da Casa do Gaiato.

Para participar em massa nestas manifestações, OS TRABALHADORES DE DIVERSAS EMPRESAS DO PORTO PARALIZARAM O TRABALHO.

Em todas as manifestações o povo teve de enfrentar a acção provocadora e repressiva da PIDE, GNR e PSP. Receoso com o rumo dos acontecimentos, o Governo não hesitou em mobilizar o exército.

LIBERDADE! Gritaram cerca de 300 mil pessoas em Lisboa

De Santa Apolónia até ao cimo da Avenida da Liberdade, passando pelas ruas da Baixa, especialmente, Rua Augusta, Rossio e Restauradores, uma multidão compacta de centenas de milhar de pessoas — cerca de 300 mil — constituída por operários, empregados, funcionários, alguns elementos das forças armadas, homens, mulheres e jovens, gente de todas as condições sociais, atroaram os ares de Lisboa, no dia 16, com vibrantes gritos de: **LIBERDADE! ABAIXO OS TIRANOS! TEMOS FOME! AMNISTIA! VIVA A REPÚBLICA! UNIDADE! ABAIXO A DITADURA!** e vivas aos dois candidatos da Oposição e cânticos entusiásticos da portuguesa. Tudo isto a despeito dos jornais e a Rádio, esta de quarto em quarto de hora, anunciarem a proibição de qualquer manifestação pública no País.

Grandes cordões da polícia pro-

curavam deter a multidão, vários estabelecimentos encerraram as portas e os empregados vieram para a rua juntando-se à manifestação.

Noutros pontos de Lisboa, Praça do Chile, Av.ª Rovisco Pais, Alto de S. João, Filipe Folque, Andrade Corvo, Duque de Loulé e ruas adjacentes, junto das embaixadas da França, Inglaterra e Estados Unidos, o povo manifestou-se com o mesmo entusiasmo sob as bandeiras da Liberdade da Amnistia e da República. As manifestações prolongaram-se até às 3 horas da madrugada.

Ao longo das ruas e nas janelas, empunhando centenas de bandeiras nacionais o povo aderiu e engrossava as manifestações, e a onda de protestos e reclamações alargava-se, galvanizando massas cada vez maiores e dando largas aos anseios de liberdade reprimidos e contidos por 32 anos de opressão, patenteavam, sempre com o maior vigor, que o povo português não está com Salazar e o seu governo.

As forças repressivas são atiradas contra as manifestações pacíficas

Sentindo justamente esta dura realidade — que o povo não está ao seu lado, — o governo de Salazar entrou no caminho da provocação, dos actos de violência e da repressão sangrenta.

Bando de desordeiros da Legião, PIDE e bufos foram convocados para provocar distúrbios que justificassem a intervenção bárbara das forças repressivas contra o povo. Oficiais da Legião gabaram-se de que esta fora encarregada de provocar incidentes nas sessões e manifestações de apoio aos dois candidatos da oposição. Tanques, carros de assalto, metralhadoras, jeeps, esquadões da GNR a cavalo, tudo isto foi atirado contra o povo que se manifestava pacificamente.

Mulheres indefesas, crianças e velhos foram agredidos à espedeirada, com rajadas de metralhadora, case-fete e pisados por cavalos deliberadamente atirados pela GNR contra a multidão.

O sangue do povo correu nas ruas de Lisboa, dezenas e dezenas de pessoas ficaram feridas, algumas gravemente, com as cabeças abertas, faces esquartejadas, braços pernas e costelas partidas, registaram-se algumas mortes, facto que o governo pretende ocultar do povo.

A esta acção bárbara e criminoso, respondeu o povo resolutamente rompendo os cordões da polícia e resistindo heróicamente ao impedi-mento histórico dos reforços da PSP e GNR que chegavam constantemente aos locais das manifestações.

Cartazes com dísticos — Já não temos medo! — eram empunhados pelos manifestantes que ao mesmo tempo gritavam: **Para a frente!**

«Vamos a eles!» Podem matar 10 ou 100 mas não matarão 8 milhões!» mostravam o destemor e a coragem do nosso povo, assim como o seu firme propósito de quebrar as algemas e pôr fim à opressão.

AS VIOLÊNCIAS PARTIRAM DOS SALAZARISTAS! O GOVERNO É O ÚNICO RESPONSÁVEL!

Está claro para toda a gente que as provocações e os actos de violência partiram das forças repressivas e que a responsabilidade pelo sangue que correu nas ruas de Lisboa e Porto, cabe totalmente ao governo. Apesar disto Salazar e a sua camarilha pretendem mais uma vez jogar com o velho e esfarrapado espantalho do comunismo e apresentar o nosso Partido como o instigador de tais acções.

As notas oficiais do governo e os comunicados da União Nacional são autênticos insultos aos democratas e anti-salazaristas que apoiam as duas candidaturas da Oposição.

As palavras insultuosas, a mentira, a calúnia, as ameaças claras e veladas, a agressão aberta contra as massas populares que se manifestam pacificamente eis o «modo» como o governo de Salazar conduz a campanha eleitoral.

O pavor ante novas e mais amplas manifestações populares pela liberdade e a democracia que podem vir a ter lugar, em Lisboa, Porto e outras terras de Portugal, eis o que levou os inimigos do povo Salazar Santos Costa e companhia, a recorrer à repressão sangrenta e à preparação de um clima de guerra civil, que é visível pela posterior reunião dos altos comandos do Exército, da Marinha, da Aviação, e das forças repressivas com o ministro da Defesa. Tudo isto tem um fim: intimidar para impedir que a onda popular cresça e assim Salazar poder nomear

(continua na 2.ª pag.)

ACÇÕES COMUNS

As acções comuns e a solidariedade mútua das forças que apoiam as duas candidaturas da Oposição tornam-se cada vez mais necessárias para vencer todas as dificuldades que o governo levanta à sua propaganda e impedir maiores ilegalidades, arbitrariedades e violências contra os democratas e anti-salazaristas.

Assim, pensamos que se deve reclamar conjuntamente a libertação imediata de todas as pessoas presas durante as manifestações e protestar contra as provocações e violências exercidas contra o povo pelos desordeiros da PIDE e da Legião e demais forças repressivas.

Assim, pensamos que devem ter lugar manifestações conjuntas pela abolição da censura, pela amnistia, pela liberdade de voto, pela fiscalização do acto eleitoral e de contagem dos votos — por Eleições Livres. Avante, pois, para acções comuns pela Liberdade e a Democracia!

4.100 CONTOS PARA A PROPAGANDA DA UNIÃO NACIONAL

2.500 CONTOS PARA A LEGIÃO PROMOVER DESORDENS

Pelo decreto número 41.605 de 2 de Maio de 1958 foram abertos os seguintes créditos especiais a favor do Ministério do Interior.

- Para gastos confidenciais ou reservados, 4.100 contos;
- Subsídio à Legião Portuguesa, 2.500 contos.

Dos 4.100 contos, cerca de 4.000 foram destinados à União Nacional para custear a propaganda eleitoral em curso e o restante ao «Diário da Manhã», certamente para o mesmo fim.

Agora fica-se a compreender melhor porque as longas emissões radiofónicas e os grandes relatos nos jornais cantando hinos ao «chefe» e ao regime.

Agora fica-se a compreender melhor porque é que grupos de legionários profissionais da desordem e da provocação se movimentam por todo o país a provocarem conflitos nas manifestações de propaganda da Oposição.

DECLARAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

De norte a sul do país o Governo desencadeou uma onda de repressão e de ilegalidades contra os democratas e o povo. Corre sangue de portugueses, cria-se uma situação grave porque o Governo tenta em reprimir pela força o desejo unânime do povo no sentido duma mudança de regime e de Governo. Os salazaristas aliam a esta repressão a calúnia contra as forças democráticas e patrióticas que apoiam as duas candidaturas de oposição:

Tal como em períodos eleitorais anteriores, os governantes salazaristas e o seu partido, a « União Nacional », fazem do anti-comunismo o seu cavalo de batalha e espalham as mais grosseiras calúnias acerca da acção e objectivos do Partido Comunista para tentarem justificar a ausência de liberdades democráticas e o regime de partido único imposto ao povo português há longos 32 anos.

Para esclarecimento da opinião pública e do nosso povo em geral, o Partido Comunista Português considera necessário reafirmar a sua posição e orientação sobre algumas questões que se relacionam com o actual momento e com a solução do problema político português.

1— O Partido Comunista Português, partido político da classe operária e do povo, luta há 32 anos contra as ilegalidades e arbitrariedades do regime salazarista. No decorrer destes longos anos muitos dos nossos militantes têm sido encarcerados, torturados e assassinados pela polícia política ou forçados a viver na clandestinidade. Por isso, mais do que ninguém, o Partido Comunista deseja ardentemente que sejam restabelecidas no país as liberdades democráticas para que o povo português possa escolher livremente, através de eleições livres, o regime que deseja e para que ninguém mais seja perseguido pela sua maneira de pensar.

2— O governo de Salazar, porque representa e defende os interesses da grande burguesia reaccionária e dos monopólios nacionais e estrangeiros, mantém-se no poder ilegalmente e pela violência.

Os salazaristas, agitando o espantoso do « perigo comunista », tentam intimidar e confundir as diversas classes sociais: os proprietários da cidade e do campo, os lavradores, comerciantes e industriais não monopolistas, que lutam contra a desastrosa política do governo de protecção aos monopólios.

O Partido Comunista, como partido da classe operária e do povo, luta para que as massas trabalhadoras vejam aumentados os seus magros salários e melhoradas as suas condições de vida. Ao mesmo tempo que

reafirma esta orientação, o Partido Comunista Português declara que o programa que defende comporta a elevação geral do nível de vida de todo o povo português, incluindo as camadas da pequena e média burguesia cujos interesses têm sido espezinhados pelo Governo em benefício da grande burguesia monopolista. O Partido Comunista defende a elevação do nível de vida do povo português à custa dos interesses e lucros sempre crescentes dos monopólios e não à custa das camadas menos protegidas da pequena e da média burguesia. Uma redistriuição dos rendimentos e riquezas nacionais que eleve o nível de vida do povo português, aumentando a capacidade de compra das grandes massas. Uma política de diminuição dos impostos que pesam sobre a pequena e média lavoura, indústria e comércio aliada a uma redução das despesas militares, beneficiaria imediatamente, não só os trabalhadores mas também as camadas médias da população portuguesa cuja situação económica melhorará com a melhoria geral das condições de vida do povo português. Nada têm a temer da acção dos comunistas e do Programa que defendemos os pequenos e médios proprietários, os pequenos e médios produtores da cidade e do campo, os pequenos e médios comerciantes e industriais. O Programa do Partido Comunista Português corresponde aos interesses, não só das massas trabalhadoras, como também da pequena e média burguesia e da burguesia nacional não-monopolista.

3— Pensa o Partido Comunista Português que, devido às modificações operadas nos últimos tempos na correlação de forças políticas nacionais em consequência do crescente pressão das massas populares, do aumento das contradições internas do regime e da crescente unidade de acção das forças democráticas e anti-salazaristas, será possível através das actuais eleições presidenciais, conquistar liberdades até hoje não alcançadas, inclusivamente uma vitória eleitoral. Tais conquistas, como por exemplo a extinção da censura à imprensa, liberdade de reunião, amnistia, etc., acentuariam a modificação na correlação de forças favoráveis aos democratas e anti-salazaristas, aumentariam as contradições internas do regime salazarista e abririam o caminho para conquistarmos mais radicais com vista ao restabelecimento das liberdades democráticas. Por isso, o Partido Comunista defende que as forças democráticas e anti-salazaristas participem activamente, até ao fim, nas actuais eleições presidenciais.

4— Os recentes acontecimentos, em Lisboa e Porto, de inteira responsabilidade do

Governo, provam a característica violenta do regime. O Governo acusa os comunistas de desordeiros e fomentadores da violência, no entanto, é o Partido Comunista que procura a concórdia e é o Governo que a impede, recorrendo à violência, não respeitando a legalidade nem a própria Constituição.

Ao contrário do que diz a propaganda do governo, o Partido Comunista Português garante solenemente que « aceltará, respeitará e lutar para que seja acatada a vontade popular expressa em eleições livres » tal como está expresso no Programa do Partido aprovado no V.º Congresso.

O Governo procura apresentar-nos como uma força que quer exercer vinganças e violências sobre esta ou aquela pessoa sobre estes ou aqueles responsáveis. Nós, comunistas, não desejamos alimentar ódios, não somos partidários da violência, por isso, precisamos e procuramos encontrar uma via que facilite, por meios pacíficos, a solução da situação política criada pela ditadura de Salazar. No entanto, se o Governo persistir em responder com a violência às manifestações das massas que exigem uma mudança de regime e o restabelecimento da legalidade democrática, o Partido Comunista não pode deixar de desmascarar e combater as violências do Governo e de aconselhar as massas a não se deixarem intimidar e a responder a essas violências.

5— Com o objectivo de dividir as forças democráticas e de espalhar o confusão, o governo de Salazar acusa caluniosamente o Partido Comunista Português de não ser um Partido nacional e de estar ao serviço do estrangeiro. O Partido Comunista Português é o herdeiro e continuador das melhores tradições do nosso povo, é um Partido profundamente nacional porque é o Partido das classes laborosas da Nação, cujos interesses defende intransigentemente contra a política de exploração e miséria do Governo que é fiel instrumento do imperialismo e das forças monopolistas anti-nacionais.

6— O decorrer da actual campanha eleitoral mostra uma decomposição cada vez maior no campo do salazarismo e o crescer e fortalecimento da unidade de acção e da compreensão das forças democráticas e patrióticas que se lhe opõem. Apavorado com esta

realidade e recendo novas deserções e desagregação nas suas fileiras, o governo procura intimidar e enganar as pessoas que desejam afastar-se do regime, lançando para as colónias sobre as intenções e objectivos dos comunistas:

O Partido Comunista Português, reafirmando o seu desejo de pacificação e concórdia nacional, defende que todos aqueles portugueses que, ainda hoje ligados ao regime, se venham a separar dele, retirando-lhe o seu apoio, sejam acolhidos sem ressentimentos nas fileiras anti-salazaristas. Pensa o Partido Comunista Português que todos quantos, de uma maneira ou de outra, contribuírem para evitar mais violências, mais ódios e perseguições da ditadura salazarista; todos aqueles que ligados até agora ao regime contribuírem para evitar uma luta sangrenta entre portugueses e facilitarem com a sua acção o restabelecimento da legalidade democrática, nada terão a recer do nosso povo.

O Partido Comunista Português, declara que apoiará todas as acções que conduzam ao afastamento do Governo de Salazar do poder e que abram o caminho a uma mudança de regime no sentido democrático e progressivo.

O Partido Comunista Português, — como se diz no seu Programa — considerando importante que após o afastamento da ditadura salazarista do poder seja formado um Governo Democrático de Unidade Nacional, não deixará, contudo, de apoiar condicionadamente um Governo de homens honrados que, substituindo a camarilha salazarista no poder, se proponha restabelecer as liberdades fundamentais, reconhecer aos partidos políticos plena liberdade de agitação eleitoral e respeitar a voz do povo através de eleições livres.

19 de Maio de 1958

PELO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Américo Gonçalves de Sousa,
António Dias Lourenço
Jaime Serra
Joaquim Gomes
Joaquim Pires Jorge
Júlio Fogaça
Octávio Rodrigues Peto
Sérgio Vilarigues

GRANDIOSAS MANIFESTAÇÕES

(continuação da 1.ª pág.)

mais uma vez o presidente da República.

O POVO NÃO SE DEIXOU INTIMIDAR

A indignação e a revolta que a acção repressiva do governo sobre as massas populares, provocou entre todas as camadas da população, inclusive entre muitos salazaristas, assim como, as posteriores manifestações junto do liceu Camões e ruas adjacentes, em Lisboa, na Praça da Liberdade no Porto, na Póvoa de Varzim, e a grande afluência e entusiasmo verificados nas sessões de propaganda eleitoral da Oposição Democrática em Aveiro, Torres Vedras, Alpiarça, Moscavide, etc, tudo isto, é bem uma prova de que o povo não se intimidou.

Em Lisboa no dia 18, ante nova agressão ainda mais brutal das forças repressivas que usaram carros de assalto, metralhadoras pesadas e bajoneta calada com que carregaram criminosamente sobre o povo, este não recuou e, resistiu de novo heróicamente com as únicas armas que possuía — as pedras do pavimento — levantando mais uma vez, bem altas as bandeiras da liberdade e da democracia.

Toda a população da zona do Saldanha, Praça José Fontana, Estefânia Conde Redondo, etc, que das janelas apoiou calorosamente os manifestantes, solidarizou-se com estes, abrindo-lhes inclusivamente as portas de suas casas quando eles organizadamente recuavam ante a fúria assassina da GNR e PSP, que espadeirou inclusivamente as pessoas que saíam do cinema Monumental. E quando as forças repressivas numa perseguição feroz invadiam as suas casas ordenavam que se retirassem das janelas para as quais apontavam as metralhadoras, a população, não só se mantinha firmemente ali como ainda protes-

tava em altos brados contra a violação dos seus domicílios.

Os cordões da polícia, tal como no dia 16 foram rompidos no Saldanha e aqui, como na Pascoal de Melo, Filipe Folque, Luciano Cordeiro, Estefânia, Conde Redondo, as manifestações prosseguiram até de madrugada.

Em nova e mais amplas manifestações exigimos: liberdade para os presos!

Centenas de prisões foram efectuadas no decorrer das manifestações em Lisboa e Porto. Nos hospitais encontram-se dezenas de feridos sob prisão. Exigir a sua libertação imediata, assim como a demissão de Salazar, causador principal dos conflitos verificados, são reivindicações sentidas por todo o povo. Este pode e deve em novas e mais amplas manifestações levantar estas exigências.

SALAZAR DEVE SER DEMITIDO

A forma como a campanha eleitoral está a decorrer, as restrições de toda a ordem feitas à propaganda das duas candidaturas da Oposição, o selo da censura em todos os jornais, assim como a acção brutal das forças repressivas de que resultaram já pelo menos 5 mortos e dezenas e dezenas de feridos, tudo isto mostra que o governo de Salazar se opõe ferozmente a que o problema político português se resolva pacificamente e é incapaz de realizar eleições com um mínimo de decência.

O actual Presidente da República, sr. general Craveiro Lopes, pode contribuir por forma muito importante para evitar lutas fratricidas entre portugueses. Como? Demitindo Salazar e nomeando um governo de homens honrados capaz de promover a realização de Eleições Livres.

UM MENTIROSO DE ALTO CALIBRE

Num comunicado publicado nos jornais de 12 de Maio de 1958, o famigerado director da PIDE, capitão (para vergonha do exército) Neves Graça, teve o arrojo de desmentir a afirmação desassombrosa do senhor general H. Delgado de que tivera conhecimento « que alguns comunistas, ou assim julgados, têm sido torturados barbaramente com métodos da Gestapo, de triste memória ». (Nós acrescentamos: torturados e assassinados).

Disse ainda o director da PIDE que as declarações do senhor general não passavam da repetição de falsas acusações dos comunistas e chegou ao ponto de declarar que não consentia que qualquer recluso fosse tratado menos humanamente.

Sim, as centenas e centenas de homens, mulheres e jovens que têm sido torturados pela PIDE e tratados « menos humanamente » não eram apenas comunistas, embora estes representem uma maioria esmagadora.

No tempo em que o capitão Neves Graça capitaneava a PIDE no Porto, tornaram-se conhecidas do povo do Norte as barbaridades ali praticadas contra os presos.

Militão Ribeiro, dr. Alberto Araújo, Ernesto Ribeiro, Francisco Esteves, Francisco Cruz, João Diniz, Benjamim Garcia, o Jovem Abreu, Álvaro Gonçalves, foram espancados selvaticamente por agentes da PVDE, cujo nome mudou para PIDE. Todos eles morreram prematuramente nas prisões ou em liberdade em consequência dos maus tratos e de tratamento « menos humanos ». E as dezenas de mortos no Tarrafal e em Angra do Heroísmo?

Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, António Dias Lourenço, Américo de Sousa, Jaime Serra, Pires Jorge,

Solunhosamente e querendo fugir às responsabilidades, o Governo, pela boca do ministro do Interior atribui a pretensas agitadores comunistas, os conflitos que tiveram lugar durante as manifestações pela liberdade e a democracia.

São acaso agitadores as 500 mil pessoas que se manifestaram em Lisboa e Porto nos dias 14 e 16?

Não! É o povo que quer e exige mudanças políticas.

Sérgio Vilarigues, Faustino de Campos, Álvaro Ferreira, Saul Gonçalves, e tantos e tantos outros, foram espancados selvaticamente na sede da polícia política e nas suas prisões. Ainda não há muito tempo foram também espancados na PIDE do Porto os jovens democratas Pedro Ramos de Almeida e Diniz.

Será o director da PIDE capaz de desmentir que o ferroviário Vieira Tomé, o vidreiro José Moreira, o operário da construção civil Germano Vidigal e o camponês Patuleia não foram mortos por meio de torturas? E porque meios foram mortos recentemente na sede da PIDE do Porto Manuel da Silva Junior e Joaquim Lemos de Oliveira?

Mas para que tantos factos se o próprio Salazar ordenou a aplicação de « uns safonões a tempo! » E não são acaso torturas a diabólica posição de estátua e os interrogatórios durante dias seguidos?

E não foi o dr. Ferreira Soares assassinado no seu próprio consultório a tiros de metralhadora por agentes da PIDE? e o operário Alfredo Diniz, membro do Comité Central do nosso Partido, não foi ele abatido a tiro quando circulava pacificamente numa estrada perto de Bucelas?

E não é verdade que Álvaro Cunhal e Georgete Ferreira se encontram gravemente doentes na Penitenciária de Lisboa e no Forte de Caxias quando o seu estado exigia o seu internamento num hospital e num sanatório? Mais, a sua libertação visto que já terminaram a suas penas!

E não é ainda verdade que Georgete Ferreira perdeu a possibilidade de ser mãe e adquiriu uma tuberculose intestinal na prisão?

Sim, tudo isto é verdadeiro. Pode mentir-se descaradamente. Pode querer-se fugir à responsabilidade de tantos crimes. Mas, os factos não se podem escamotear.

A declaração do Partido Comunista Português que publicamos neste número do « Avante! » foi enviada, com pedido de publicação, a todos os jornais diários do país, ilhas adjacentes e colónias.